

Ata do Primeiro Encontro do Programa Gestão Compartilhada - CIS Circuito das Águas.

Aos doze (12) dias do mês de junho de 2019, reuniram-se na sede da Policlínica de São Lourenço, às 09:00 horas, os Secretários Municipais de Saúde, membros do Consórcio para o Primeiro Encontro do Programa Gestão Compartilhada, idealizado pelo Sr. Eduardo Gonçalves, com a proposta de juntos discutirmos os temas inerentes ao nosso dia a dia, estabelecendo medidas e ações estratégicas para o fortalecimento da gestão regionalizada consorciada, bem como resgatar premissas associadas ao consorciamento intermunicipal mediante dispositivos legais vigentes. O Programa Gestão Compartilhada visa à elaboração e validação de uma agenda propositiva colaborativa com participação restrita dos(as) Gestores(as) Municipais de Saúde, pertencentes aos municípios membros deste dispositivo, objetivando o estabelecimento de medidas e ações estratégicas para o fortalecimento da gestão regionalizada consorciada e o resgate das premissas associadas ao consorciamento intermunicipal mediante as normativas legais vigentes inerentes à temática. Apresenta os seguintes objetivos específicos: Resgate e compartilhamento coletivo das normas legais vigentes junto aos municípios membros; Fortalecimento da gestão compartilhada e colaborativa consorciada; Estabelecimento de prioridades visando o fortalecimento da gestão municipal de saúde; Busca contínua pela economicidade mediante medidas e ações que visem otimização dos recursos municipais aplicados. Apresenta como eixos: Eixo 1: Aspectos normativos: Contempla ações direcionadas especificamente ao resgate normativo de forma sintética para melhor compreensão e fortalecimento das relações intergestores consorciados e os reflexos inerentes a responsabilidade de cada ator. Eixo 2: A assistência à saúde consorciada: Compreende a análise dos prestadores assistenciais vigentes cadastrados considerando aspectos quanto à sua produtividade, resolubilidade, potencialidade, interesse comum e economicidade aos municípios membros. Eixo 3: O mapa estratégico: considera e consolida as discussões iniciais, coletivas e colaborativas sintetizando as principais metas e ações do Programa para um período pré-estabelecido. Eixo 4: Qualificação dos Sistemas de Informação: Consiste no compromisso e atuação conjunta de todos os atores envolvidos no projeto para a qualificação das informações apresentadas pelos profissionais e empresas atuantes junto ao Consórcio. Eixo 5: Mobilização inter-relacional: Contempla um conjunto de ações que visem a disseminação de informações sobre a essência consorciada junto as empresas e profissionais atuantes, para compreensão ampliada deste dispositivo complementar ao Sistema Único de Saúde e suas responsabilidades neste processo. Eixo 6: Agenda regionalizada consorciada: Objetiva a priorização das medidas e ações discutidas durante a execução do programa para o estabelecimento de protocolos assistenciais nas diversas especialidades em consonância com as políticas de saúde vigente nas esferas estaduais e federais e a avaliação da execução de outros dispositivos consorciados existentes no território. Eixo 7: Transversalidade apoiada: Compreende a discussão contínua e articulada de agenda propositiva de impacto direto junto à gestão municipal, com o gestor da pasta. Eixo 8: Monitoramento estratégico: Contemplará o acompanhamento contínuo das medidas e ações pactuadas no desenvolvimento do programa. Presentes neste primeiro encontro os municípios de Cristina, Dom Viçoso, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Olímpio Noronha, Passa Quatro, Pouso Alto e São Lourenço. Fernando abriu o encontro, informando aos presentes sobre a proposta de elaboração de uma agenda que possa estar discutindo temas do dia a dia junto aos Gestores Municipais de Saúde. Discutir consorciamento neste primeiro encontro, é importante não só pela evidência ocupada pelos consórcios nos tempos atuais mas também pela importância de ter acesso a serviços essenciais, indispensáveis aos municípios,

os quais não seriam viáveis, se buscados de forma individualizada. Eduardo iniciou o encontro realizando um histórico, das proposições consorciadas que ao longo do tempo vem se perdendo. Enfatizou a importância da discussão não só na abrangência micro, mas a nível de estado. Minas Gerais detém o maior número de Consórcios do país, atendendo uma população de aproximadamente 14 milhões de pessoas, envolvendo 765 dos 853 municípios do Estado. Cada um desses consórcios tem suas peculiaridades. Diante disso Dr. Wilton, Secretário de Saúde de São Lourenço, propôs que fosse organizado pelo Consórcio um Seminário de esclarecimentos aos prestadores, conselho, Legislativo sobre essência e atribuições do CIS. Wilson Nabak Samia Secretário de Saúde de Olímpio Noronha, propôs que seja realizado um estudo para padronização nos valores de consultas, visto que a média de valor apresentado pelo Estado é de R\$60,00. Dr. Wilton sugeriu a possibilidade de utilizar um parâmetro para esta padronização, como por exemplo a tabela AMB, ou a própria tabela SUS. Fernando colocou sobre a complexidade de estabelecer um valor uniforme, visto que a demanda e oferta são diferentes para cada especialidade. Eduardo colocou sobre a possibilidade de reunião com Consórcios da Macrosul para conhecimento e discussão de tabelas praticadas. Wilson colocou sua preocupação com os profissionais consorciados que atendem através da Cooperativa de Caxambu, onde são pagos valores diferenciados. Esta é uma preocupação de todos os Gestores, principalmente com prestadores que devido à grande oferta atuam somente em um município. Eduardo sugeriu que fosse feita uma avaliação de cada Gestor, levantando o que está na Cooperativa e que deveria estar na Atenção Básica. Dr. Wilton propôs a criação de uma comissão composta por Gestores e Técnicos, para estudo e alinhamento desses credenciamentos, como forma de organização do serviço. Eduardo colocou sobre o empoderamento dos Consórcio junto ao Estado e União, atuando como forma de expansão da Atenção Básica. Diante disso a importância de um planejamento ascendente, priorizando necessidades em saúde do município. É urgente mudar a lógica do CIS, onde muitos prestadores definem as necessidades. Realizar um estudo quanto a quantidade de exames e procedimentos realizados por membros consorciados, comparando com parâmetros assistenciais. Esta avaliação e acompanhamento é responsabilidade do Gestor municipal, visto que o Consórcio é parte integrante do Sistema Único de Saúde - SUS. Marcelo Secretário Municipal de Saúde de Passa Quatro, entende ser interessante estabelecimento de teto de gastos junto ao Consórcio, visto que há muita pressão por parte de autoridades locais para liberação de procedimentos. Colocou que seria interessante realizar um estudo de gastos per capita do CIS. Como forma de organização e regulação, Eduardo colocou a importância da elaboração de protocolos de atendimento do CIS de referência e contra referência para os prestadores credenciados. Paula Secretária de Saúde de Virgínia colocou que os próprios prestadores induzem pacientes a cobrar a realização de procedimentos via Consórcio. Dr. Wilton comentou que quando houve a transição do Consórcio Administrativo para Público não houve uma discussão para melhor esclarecer os entes envolvidos. Diante das inúmeras situações discutidas e apresentadas, Fernando sugeriu que cada município busque uma visualização de tudo que utiliza através do Consórcio, e avalie cada situação de cada credenciado individualmente. Diante do grande número de prestadores credenciados Eduardo colocou algumas questões como: - importância da regulação dos procedimentos realizados via CIS; - estreitamento entre gestores para a produção de dados estatísticos; - importância do Consórcio no processo de regionalização; - importância dos questionamentos, buscando com isso a racionalização dos recursos; - Criação de uma Câmara Técnica do CIS para viabilização de ações consorciadas; - estabelecimento de uma tabela, avaliando necessidade de procedimentos x oferta de serviços e, - principalmente, o entendimento com toda clareza de que o CIS é SUS. Antes do encerramento Eduardo fez um breve resumo do programa federal



Consórcio Intermunicipal de Saúde

Saúde na Hora Certa, que trata do financiamento para atendimento em horário estendido nos municípios, que enquadram nos critérios. Se propôs a elaborar uma Nota Técnica, com maiores esclarecimentos a ser encaminhada aos Gestores, para discussão com seus Prefeitos e municipais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Para constar, eu, José Fernando Pinto secretário da reunião que a mandei lavrar a subscrevo e assino ao final com o Sr. Presidente e demais membros para apreciação e aprovação dos presentes.

J. F. Pinto *Am. D. S.* *Jaques F. Costa*